

# Delfim apóia Simonsen e prega amplo acordo nacional

MILTON F. DA ROCHA FILHO

A inflação de 24,04% em julho não pegou de surpresa o ex-Ministro do Planejamento Antônio Delfim Netto, em cuja opinião esse índice não significa, necessariamente, que exista descontrole nem que o País esteja vivendo a hiperinflação. Esta, disse Delfim Netto, em entrevista exclusiva ao GLOBO, "só será sentida no dia seguinte. Será o *day after*". E para evitá-la, o ex-Ministro só vê uma saída: um amplo entendimento nacional. Este é, para ele, o pressuposto básico para o sucesso de qualquer medida de redução da inflação — inclusive para o êxito da proposta do ex-Ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, de aplicação de um redutor.

— A proposta de Simonsen tem coerência interna, porque ele sabe do que está falando. Trata-se de um caminho talvez um pouco longo, embora factível e que, para funcionar, exige condições mínimas, como a efetiva redução do déficit público e uma política monetária adequada — avalia Delfim, insistindo na tecla de que "ninguém vai reduzir uma inflação que chegou a 230% em sete meses, sem um amplo acordo nacional".

Esse acordo, que consistiria em fixar cotas de sacrifício para trabalhadores, Governo e empresários, tem no entanto diversos entraves, na opinião do ex-Ministro. O primeiro deles é convencer as partes a estabelecer uma trégua até que a expectativa de inflação seja destruída.

Isto porque, em sua avaliação, a causa da inflação continua a mesma. Para



O ex-Ministro Antônio Delfim Netto

ele, os efeitos do índice de julho serão devastadores. Mas, mais importante que esse efeito localizado, é que o que está por trás de tudo, realimentando a inflação, continua sendo "o desejo do Governo de se apropriar de uma parcela do produto muito maior do que aquela que a sociedade, voluntariamente, pode ceder".

— A inflação no Brasil é uma luta distributiva — diz. — Só que não é uma luta dentro do setor privado, mas entre o setor privado e o público pela participação no bolo.

Fora do entendimento, portanto (por mais difícil que ele seja), afirma, não há salvação. A outra forma de combate à inflação seria o choque.

— Mas temos que entender também que os custos sociais de um choque são muito maiores do que aquele que seria pago em um entendimento. Ele é um ato mínimo de inteligência social e, por isso mesmo é tão difícil no País — ironiza.

O entendimento tem, para Delfim, outro obstáculo na falta de credibilidade do Governo. Foi ela, em sua opinião, que contribuiu decisivamente para a aceleração inflacionária registrada em julho.

— Este ano tivemos os efeitos da internalização dos efeitos da seca nos Estados Unidos sobre os preços agrícolas — analisa. — O problema é que a falta de credibilidade do Governo é tamanha, que mesmo com seus dirigentes apresentando uma explicação correta a sociedade não acredita — diz ele.

O clima de cansaço que, em sua opinião, existe no País também não facilita um possível acordo.

— O Governo vendeu muita ilusão. O Ministério da Fazenda prometeu uma série de milagres que não aconteceram — diz ele.

Essa mesma falta de credibilidade é um dos caminhos que pode levar o País à hiperinflação — um fato político, e não apenas econômico, lembra Delfim. Para ele, a hiperinflação vai ocorrer no dia em que a sociedade entender que o Governo não tem mais como financiar seu déficit pela via tributária e passou a fazê-lo, principalmente, pela emissão de moeda.

— A partir desse momento, termina o Governo, mas não o País. Ao final de três ou quatro semanas, instala-se um novo Governo — conclui.